

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO CIÊNCIAS ATUARIAIS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização.
- Usar o sanitário ao terminar a prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas.
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Observe os textos a seguir, sobre nosso grande escultor Aleijadinho:

Texto 1: *E o aleijado reinventava curiosamente em Vila Rica uma existência de artistas do Renascimento, entre discípulos que lhe desbastavam a pedra e esculpiam a parte menos importante da talha.*

Texto 2: *O Brasil deu nele o seu maior engenho artístico, eu creio. Uma grande manifestação humana. A função histórica dele é vasta e curiosa. No meio daquele enxame de valores plásticos e musicais do tempo, de muito superior a todos como genialidade, ele coroa uma vida de três séculos coloniais.*

Texto 3: *É possível que a visão física do Aleijadinho se deformasse com o seu desejo de transmitir aos outros homens uma mensagem política por meio de uma forma então popular de arte – a escultura religiosa. Se não me engano, ele foi, neste particular, um pioneiro: uma espécie de El Greco mulato nas suas audaciosas distorções da forma humana.*

Sobre a estruturação e o significado desses textos, assinale a única afirmação adequada.

- (A) Os textos 2 e 3 trazem informações precisas aos leitores.
- (B) No texto 1 a designação do escultor como “aleijado” mostra conteúdo pejorativo.
- (C) Aprende-se, no texto 3, que El Greco e Aleijadinho apresentavam formas distorcidas em suas obras.
- (D) Descobrimos no texto 1 que Aleijadinho não trabalhava sozinho, mas funcionava como chefe que só assinava a autoria das obras.
- (E) Segundo o texto 2, as obras de Aleijadinho possuem valor excelente, limitando suas qualidades ao período colonial.

2

Nosso célebre escritor Joaquim Nabuco escreveu:

Nós não sabemos que partes do alimento que ingerimos serão por nós aproveitadas. O modo por que o nosso corpo elabora a vida escapa-nos por completo. Ignoramos igualmente que impressões ou emoções de cada dia se transformarão em nosso espírito em alimento ou em tóxico. Um fato que nos alegra pode ser causa de uma depressão profunda, assim como de uma iguaria que saboreamos pode resultar um cansaço mortal.

O texto mostra cinco termos sublinhados.

Assinale o termo que mostra seu antecedente de forma **errada**.

- (A) que / alimento.
- (B) por que / modo.
- (C) nos / nós.
- (D) se / impressões ou emoções.
- (E) que / fato.

3

Assinale a frase abaixo que **não** se apoia numa comparação.

- (A) Em geral dá-se com o alimento espiritual o mesmo que com o corporal: apenas a quinquagésima parte do que se absorve é assimilado.
- (B) É melhor dar a alma ao diabo que tentar vendê-la a Deus.
- (C) Muitos grãos de incenso caem no mesmo altar; uns antes, outros, depois, mas isso não faz nenhuma diferença.
- (D) O arqueiro que ultrapassa o alvo falha tanto como aquele que não o alcança.
- (E) É evidentemente muito duro já não ser amado quando ainda se ama, mas pior do que isso é sê-lo quando não se ama mais.

4

Assinale a frase classificada como argumentativa, por possuir uma tese e argumentos que a sustentem.

- (A) Quando não se ama demais, não se ama bastante.
- (B) É impossível amarmos uma segunda vez o que realmente cessamos de amar.
- (C) O único prêmio da virtude é a virtude.
- (D) Não faz um amigo quem nunca fez um inimigo.
- (E) Há pessoas que julgam as falhas dos amigos; com isso não se ganha nada.

5

Observe a seguinte frase:

Os anciãos gostam de dar bons conselhos para se consolarem de não mais estarem em condições de dar maus exemplos.

Assinale a única observação **inadequada** sobre a estruturação desse pensamento.

- (A) A forma “anciãos” também poderia ser adequadamente substituída por “anciões”.
- (B) As três ocorrências da preposição “de” são solicitadas por termos anteriores.
- (C) Os segmentos “bons conselhos” e “maus exemplos” poderiam ter seus termos invertidos em “conselhos bons” e “exemplos maus”.
- (D) O segmento “para se consolarem” poderia ser adequadamente substituído por “para que se consolassem”.
- (E) O termo “não mais” traz ideia de tempo.

6

Assinale a frase em que a grafia do termo sublinhado está correta.

- (A) Os anciãos morrem por que já não são amados.
- (B) Todo homem tem o seu anjo bom e o seu anjo mal.
- (C) Aprendi muito com meus mestres, mas com meus companheiros.
- (D) Desejo que as armas deem lugar a paz.
- (E) Uma sessão de cinema vale uma terapia.

7

Assinale a frase expressa em linguagem lógica (e não figurada).

- (A) Os aniversários são o aluguel que pagamos pela vida.
- (B) Um homem decente pode estar apaixonado como um louco, mas não como um tolo.
- (C) O ciúme é a icterícia da alma.
- (D) Mais perto do autor de uma boa frase está quem a citou primeiro.
- (E) Civilização é a vontade da convivência.

8

Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.

- (A) Vou à Portugal, mas volto em dez dias.
- (B) Entregarei à Pedro o prêmio alcançado.
- (C) O prisioneiro confessou à força.
- (D) Os homens esquecem à morte do pai.
- (E) Um competente se engana de acordo com às regras.

9

Assinale a frase em que a expressão “é que” faz parte da estrutura da frase e não simplesmente uma expressão de ênfase.

- (A) As más companhias é que foram a minha perdição.
- (B) A verdade é que ninguém escapa da morte.
- (C) Quem compra e mente, em seu bolso é que sente.
- (D) Gente ignorante é que faz piada de tudo.
- (E) Quanto é que os conselhos valem aos homens?

10

Assinale a frase que **não** exemplifica a função conativa de linguagem.

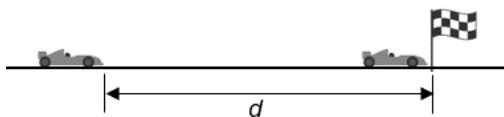
- (A) Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje.
- (B) Faz o bem sem olhar a quem.
- (C) Siga em frente que atrás vem gente.
- (D) Fiz o que pude para ajudar os demais.
- (E) Veja bem o que você vai fazer.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Em uma corrida de carros, os dois primeiros colocados estavam, na reta de chegada, com velocidade de 180 km/h.

O segundo colocado na corrida cruzou a linha de chegada 2,4 segundos após o primeiro ter cruzado.

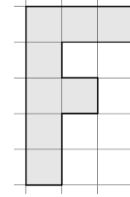


Quando o vencedor cruzou a linha de chegada, a distância d entre os dois carros representada na figura acima era de

- (A) 60 m.
- (B) 75 m.
- (C) 90 m.
- (D) 100 m.
- (E) 120 m.

12

No quadriculado abaixo está um polígono sombreado.



O perímetro do polígono é de 27 cm.

A área desse polígono em cm^2 é

- (A) 12.
- (B) 15.
- (C) 16.
- (D) 18.
- (E) 20.

13

Em um testamento, o falecido deixa a quantia de 2,4 milhões de reais para ser dividida entre seus três filhos, A, B e C, da seguinte forma:

- 70% da quantia deve ser distribuída aos filhos A, B e C em partes diretamente proporcionais a 3, 4 e 5, respectivamente.
- O restante deve ser dividido em partes iguais entre eles.

Com essa divisão realizada o filho A recebeu

- (A) 620 mil reais.
- (B) 660 mil reais.
- (C) 800 mil reais.
- (D) 860 mil reais.
- (E) 940 mil reais.

14

Considere verdadeira a afirmação:

Se tomo café, não durmo.

Analise as afirmações a seguir como consequência lógica da afirmação dada.

- I. Se dormi então não tomei café.
- II. Se não tomo café então durmo.
- III. Se não dormi então tomei café.

Decorre(m) logicamente da afirmação dada

- (A) apenas a I.
- (B) apenas a II.
- (C) apenas as II e III.
- (D) apenas as I e III.
- (E) I, II e III.

15

Um quartel possui um número N de soldados, menor que 150. O sargento reparou que dividindo os soldados em grupos de 9 ou em grupos de 12, sempre sobravam 4 soldados. Entretanto, dividindo os soldados em grupos de 7, os grupos ficavam completos e não sobrava nenhum soldado.

A soma dos algarismos do número N é

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 11.

16

Duas urnas *A* e *B* contêm, cada uma, 50 cartões. Em cada cartão está escrito um número inteiro maior do que zero. Na urna *A* há 30 números pares e 20 números ímpares, e na urna *B* há 10 números pares e 40 números ímpares. Sorteia-se aleatoriamente um cartão de cada urna, sem reposição, e faz-se o produto dos números sorteados. Repete-se esse processo até que sejam formados 50 produtos.

A respeito dos 50 produtos obtidos, é correto concluir que

- (A) 25 são pares e 25 são ímpares.
- (B) 10 são pares e 40 são ímpares.
- (C) 30 são pares e 20 são ímpares.
- (D) no máximo 30 produtos são pares.
- (E) no mínimo 10 produtos são ímpares.

17

Priscila compra um casaco de R\$ 360,00 em promoção com 20% de desconto. Além disso, ela tem um cupom de desconto de R\$ 20,00. Sobre o valor resultante após os descontos citados, paga-se um imposto de 8%.

O valor total em reais que Priscila paga pelo casaco é

- (A) 289,44.
- (B) 291,36.
- (C) 293,76.
- (D) 294,72.
- (E) 296,80.

18

No último Curso de Verão da Faculdade A havia 120 estudantes, sendo 70 meninas e 50 meninos. Além disso, esses 120 estudantes eram provenientes de apenas dois colégios: 54 estudantes eram do Colégio B e os demais, do Colégio C.

Havia 24 meninas do Colégio C.

O número de meninos do Colégio B era igual a

- (A) 6.
- (B) 8.
- (C) 16.
- (D) 24.
- (E) 32.

19

Um ano “sortudo” é aquele no qual existe pelo menos uma data escrita no formato dd/mm/aaaa, na qual o produto do dia pelo mês é igual aos 2 últimos dígitos do ano. Por exemplo, 2024 é um ano “sortudo” pois existe a data 2/12/2024 na qual $2 \times 12 = 24$.

Entre os anos a seguir, o único que não é “sortudo” é

- (A) 2054.
- (B) 2055.
- (C) 2056.
- (D) 2057.
- (E) 2058.

20

Duas crianças de cada vez podem jogar tênis de mesa.

Durante duas horas, com apenas duas crianças jogando de cada vez, seis crianças se revezam para que todas joguem a mesma quantidade de tempo.

O número de minutos que cada criança joga é igual a

- (A) 20.
- (B) 25.
- (C) 30.
- (D) 40.
- (E) 50.

Legislação Específica

21

Foram admitidos, no âmbito do Poder Executivo do Município Delta, agentes:

- I. nomeados para o cargo de professor, após regular aprovação em concurso público;
- II. ocupantes exclusivos de cargos em comissão, com atribuição de direção;
- III. contratados em caráter temporário em situação de emergência à saúde pública, conforme autorizado em lei.

Ao analisar a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, o Prefeito do Município Delta concluiu corretamente que, para fins de registro,

- (A) as referidas admissões devem ser apreciadas pelo Tribunal.
- (B) somente a admissão referida em I deve ser apreciada pelo Tribunal.
- (C) somente as admissões referidas em I e III devem ser apreciadas pelo Tribunal.
- (D) a admissão referida em II será apreciada pelo Tribunal caso o Regimento Interno disponha nesse sentido.
- (E) o Regimento Interno pode dispensar o registro da admissão dos agentes que não recebam remuneração superior a um salário mínimo.

22

Uma unidade técnica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima foi incumbida de realizar levantamento no âmbito de certa estrutura orgânica do Poder Executivo estadual, de modo a identificar os aspectos pragmáticos afetos ao funcionamento de um fundo gerido pela referida estrutura.

À luz dos balizamentos do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Roraima, assinale a afirmativa correta acerca da medida a ser adotada pela referida unidade.

- (A) Não é compatível com a fiscalização de repasses de outros entes federativos.
- (B) Assume caráter extraordinário, não se ajustando ao plano anual de fiscalização aprovado pelo Pleno.
- (C) O relatório que resultará da sua realização apresenta uma identidade formal e substancial com o relatório de auditoria.
- (D) Na sua realização devem ser adotadas, no que couber, as normas editadas ou utilizadas pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) Se trata de antecedente necessário da auditoria, delimitando o seu alcance a partir das irregularidades ou impropriedades detectadas.

23

O Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), em processo de tomada de contas especial, constatou que João, ordenador de despesa no âmbito da administração pública estadual, realizara despesas que não estavam lastreadas em qualquer razão de interesse público. Por essa razão, o Tribunal reconheceu a infração à sistemática legal vigente, com a imposição de multa e a condenação ao dever de ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos causados. Após o pagamento dos respectivos valores e o decurso de 5 (cinco) anos, João foi convidado a ocupar o cargo em comissão de assessor de um agente político.

À luz da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) é efeito da decisão do TCE-RR a inabilitação para o exercício de cargo em comissão por 5 (cinco) anos, logo, João pode ser nomeado.
- (B) João pode ser nomeado, já que o livre exercício profissional é um direito fundamental, não podendo ser obstado por ilícitos anteriores.
- (C) é efeito da decisão do TCE-RR a inabilitação para o exercício de outra função pública por 8 (oito) anos, logo, João não pode ser nomeado.
- (D) caso o TCE-RR, pela maioria absoluta de seus membros, tenha considerado grave a infração cometida, pode ter inabilitado João por até 8 (oito) anos para o exercício de cargo em comissão, o que impediria a nomeação.
- (E) caso o TCE-RR, por decisão do Pleno ou de uma Câmara, tenha decidido pela inabilitação de João, pelo lapso mínimo de 5 (cinco) e máximo de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão, a nomeação não será possível.

24

O Deputado Estadual X, da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, deixou de comparecer, sem qualquer justificativa, no decorrer da sessão legislativa do ano Y, à terça parte das sessões ordinárias dessa Casa Legislativa. Por tal razão, a Mesa Diretora, assegurada a ampla defesa, declarou a perda do mandato a partir da provocação de outro Deputado Estadual. Dias após a declaração dessa perda, X obteve provimento judicial, de natureza cautelar, no curso da ação principal, que o reconduziu ao mandato de Deputado Estadual. No mesmo dia da recondução, foi nomeado para ocupar o cargo de membro da Mesa Diretora.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) a narrativa não apresenta qualquer incorreção.
- (B) X não poderia perder o mandato pela conduta que lhe foi atribuída.
- (C) um único Deputado Estadual não poderia ter provocado a atuação da Mesa.
- (D) a perda do mandato deveria ser decretada pela maioria dos membros da Assembleia Legislativa.
- (E) apesar da recondução, X não poderia ser nomeado para o cargo de membro da Mesa Diretora antes do trânsito em julgado da decisão a ser proferida na ação judicial.

25

O Município Sigma, por seu Prefeito Municipal, Antônio, celebrou três ajustes sob a forma de convênio, com a organização não governamental Delta, constituída como associação, que atua juntamente com o Município na prestação do serviço de saúde. Cada ajuste se estendia por um biênio, sendo os três celebrados de forma sequencial, de modo que não houvesse solução de continuidade na atuação de Delta. Após a instrução de processo administrativo em tramitação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), foi constatado que Delta, por seus dirigentes, jamais prestara contas dos recursos municipais que recebera.

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que Antônio

- (A) está sujeito a multa, nos termos regimentais.
- (B) não deve ser responsabilizado pelas omissões de Delta.
- (C) é devedor solidário dos valores repassados a Delta após a primeira omissão na prestação de contas.
- (D) estará sujeito a multa, caso não instaure a tomada de contas especial nos 10 (dez) dias subsequentes à notificação da omissão pelo TCE-RR.
- (E) tornar-se-á devedor solidário, caso não instaure a tomada de contas especial nos 10 (dez) dias subsequentes à notificação da omissão pelo TCE-RR.

26

O Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) julgou em débito servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Município Sigma, o que, ao seu ver, exigiria o arresto dos bens desse responsável, de modo a assegurar o ressarcimento.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que o TCE-RR

- (A) tem competência para decretar o arresto.
- (B) deve solicitar as medidas necessárias ao arresto ao Ministério Público Especial.
- (C) deve solicitar as medidas necessárias ao arresto ao Ministério Público Estadual.
- (D) pode solicitar as medidas necessárias ao arresto à Procuradoria-Geral de Sigma.
- (E) deve encaminhar peças ao órgão competente para a responsabilização judicial do responsável, cabendo o arresto, nesse caso, como medida incidental.

27

Um servidor do Tribunal de Contas do Estado de Roraima foi acusado da prática de infração disciplinar à qual era cominada a pena de demissão. Ao fim do processo administrativo disciplinar, a prática do ilícito foi devidamente comprovada.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que a referida sanção deve ser aplicada pelo

- (A) Pleno.
- (B) Corregedor, com recurso para o Pleno.
- (C) Secretário-Geral, com recurso para uma das Câmaras.
- (D) Presidente do Tribunal, em decisão definitiva, ressalvado o pedido de reconsideração.
- (E) Corregedor ou pelo Presidente do Tribunal, conforme o servidor seja, ou não, ocupante de cargo efetivo.

28

Em debate realizado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, foram discutidas as prerrogativas do Ministério Público de Contas (MPC) na perspectiva da Constituição Estadual. Maria sustentou que as atribuições dos membros do MPC devem ser estabelecidas na respectiva Lei Orgânica do MPC, de iniciativa privativa do Tribunal de Contas. Joana defendeu que os membros do MPC estão sujeitos às mesmas vedações legais incidentes sobre os membros do Ministério Público Estadual. Por fim, Ana afirmou que o MPC, por ser um órgão despersonalizado, não uma instituição, somente possui autonomia funcional, que recai sobre seus membros, não autonomia orçamentária e financeira.

Ao fim dos debates, constatou-se corretamente, à luz da Constituição Estadual, que

- (A) somente está correta a afirmação de Joana.
- (B) há erro nas afirmações das três debatedoras.
- (C) estão corretas as afirmações das três debatedoras.
- (D) somente estão corretas as afirmações de Maria e Ana.
- (E) somente estão corretas as afirmações de Maria e Joana.

29

Ao analisar o processo de prestação de contas de Pedro, que atuara como ordenador de despesas no âmbito do Município Alfa, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima constatou a aplicação irregular de recursos públicos e reconheceu a existência de débito a ser sanado. Além disso, não identificou a existência de outras irregularidades e reconheceu a boa-fé de Pedro.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a Pedro o parcelamento do valor devido, incluindo a multa aplicada, com os acréscimos legais, em até 12 (doze) vezes.
- (B) caso Pedro promova o pagamento do valor devido, com os acréscimos legais, no prazo estabelecido, se eximirá do pagamento da multa.
- (C) caso Pedro promova o pagamento devido, com os acréscimos legais, no prazo de 15 (quinze) dias, dar-se-á o julgamento das contas pela regularidade.
- (D) pode ser fixado o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento do valor devido, o qual, uma vez realizado, com os acréscimos legais, enseja o julgamento das contas pela regularidade com ressalvas.
- (E) Pedro pode celebrar o acordo de reconhecimento de débito, com eficácia de título executivo, que acarretará a extinção do processo de prestação de contas, sem a aplicação de sanções, se o pagamento for realizado no prazo devido.

30

Em determinado exercício financeiro, o Governador do Estado de Roraima e o Prefeito do Município de Boa Vista apresentaram suas contas anuais de governo ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Considerando os balizamentos estabelecidos pelo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar em relação a essas contas que

- (A) ambas serão apreciadas em sessões especiais de uma Câmara.
- (B) será observado pelo Tribunal o mesmo prazo de emissão do parecer prévio.
- (C) tiveram acompanhamento concomitante no decorrer do exercício financeiro.
- (D) ambas serão apreciadas em sessões administrativas do Pleno, sendo apenas emitido parecer prévio.
- (E) ambas serão apreciadas em sessões ordinárias, as do Governador pelo Pleno, e as do Prefeito por uma Câmara.

MÓDULO II - CONHECIMENTOS

ESPECÍFICOS

Noções de Direito

31

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado Alfa processou e julgou, no exercício de sua competência originária, dois mandados de segurança impetrados contra atos do Presidente do Tribunal de Contas do Estado Alfa. No primeiro acórdão, a decisão foi denegatória; no segundo, a decisão acolheu a pretensão do impetrante.

Em ambos os casos, a parte que não teve o seu entendimento jurídico acolhido pelo Tribunal de Justiça entendeu que a respectiva decisão foi totalmente dissonante da Constituição da República, havendo interesse em interpor o recurso cabível, a ser julgado pelo tribunal competente.

O tribunal competente para processar e julgar o recurso interposto é

- (A) o Supremo Tribunal Federal, em ambos os casos.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça, em ambos os casos.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, apenas em relação ao recurso a ser interposto contra a decisão denegatória.
- (D) o Superior Tribunal de Justiça, apenas em relação ao recurso a ser interposto contra a decisão denegatória.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça, apenas em relação ao recurso a ser interposto contra a decisão que acolheu a pretensão do impetrante.

32

Após grande mobilização popular, foi apresentado ao Senado Federal projeto de lei subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído por seis estados, com quatro décimos por cento dos eleitores de cada um deles, tendo por objetivo a extinção do Ministério XX, o qual, ao ver dos proponentes, não vinha conduzindo políticas públicas em harmonia com os interesses da coletividade.

Ao receber o projeto de lei, o órgão competente da Casa Legislativa concluiu corretamente que ele

- (A) não apresenta nenhum vício.
- (B) somente apresenta vício de iniciativa.
- (C) somente apresenta vício quanto ao objeto.
- (D) somente apresenta vício quanto à Casa Legislativa iniciadora.
- (E) somente apresenta vício quanto ao objeto e à Casa Legislativa iniciadora.

33

O Prefeito do Município Alfa, logo após tomar posse, decidiu promover uma reforma no âmbito da sistemática previdenciária afeta aos servidores públicos municipais. O seu objetivo era apresentar à Câmara Municipal uma proposição legislativa que tratasse das seguintes matérias:

- I. previsão de que os ocupantes exclusivos de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, estariam sujeitos ao regime geral de previdência social;
- II. instituição do regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais;
- III. requisitos de idade e tempo de contribuição diferenciados para a aposentadoria de servidores com deficiência, observadas as exigências estabelecidas.

Ao consultar sua assessoria em relação às matérias que podem integrar uma proposição legislativa de âmbito municipal e que estão em harmonia com a Constituição Federal de 1988, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que

- (A) todas podem integrá-la.
- (B) apenas a matéria descrita em I pode integrá-la.
- (C) apenas a matéria descrita em II pode integrá-la.
- (D) apenas as matérias descritas em I e III podem integrá-la.
- (E) apenas as matérias descritas em II e III podem integrá-la.

34

Pedro, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, almejava apresentar proposição legislativa a respeito de determinada temática. Após consultar a Constituição da República, constatou que a União pode legislar sobre a referida temática, o que gerou uma situação de dúvida em relação à competência legislativa de Alfa.

Ao consultar sua assessoria sobre a dúvida que nutria, foi corretamente esclarecido a Pedro que, na situação descrita, Alfa

- (A) somente tem competência plena para legislar sobre a temática caso inexista lei federal.
- (B) não pode legislar sobre a temática, sob pena de invadir a competência legislativa da União.
- (C) somente pode legislar sobre a temática caso haja autorização da União por meio de lei complementar.
- (D) pode legislar sobre a temática caso se trate de matéria de competência legislativa comum ou se houver autorização da União.
- (E) pode legislar sobre a temática se houver, conforme o caso, autorização da União por meio de lei complementar ou inexistência de lei federal sobre normas gerais.

35

João está no curso do seu primeiro mandato eletivo como governador do estado Alfa e almeja concorrer a um cargo na eleição a ser realizada no fim do último ano do seu mandato.

Ao analisar a sistemática constitucional, em relação a possíveis limitadores da sua capacidade eleitoral passiva, João concluiu corretamente que

- (A) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, com exceção do cargo de governador do estado Alfa.
- (B) somente pode concorrer a um cargo eletivo no âmbito do Poder Legislativo, não do Poder Executivo.
- (C) somente pode concorrer ao cargo eletivo de governador do estado Alfa, quer se desincompatibilize, quer não.
- (D) para concorrer a outro cargo eletivo, que não o de governador do estado Alfa, deve se desincompatibilizar no prazo exigido.
- (E) está inabilitado para o exercício de outra função pública, mas pode concorrer mais uma vez, de modo consecutivo, na eleição para governador do estado Alfa.

36

O Governo do Estado de Roraima pretende dar cumprimento ao plano anual de contratações do exercício financeiro de 2025.

Entre as demandas, temos:

- a solicitação à iniciativa privada, mediante procedimento aberto, de apresentação de projetos com soluções inovadoras para redução da pobreza e da desigualdade nas regiões periféricas do Estado;
- a aquisição de painel B.I. dotado de funcionalidades adaptadas específica e individualmente para a realidade de cada órgão da administração superior do governo do Estado, a serem definidas durante o processo licitatório com os licitantes;
- o chamamento público de profissionais interessados na prestação de serviço de manutenção veicular, de acordo com condições padronizadas e critérios objetivos de distribuição da demanda.

No caso em tela, no que tange à lei de licitações (Lei nº 14.133/21), os instrumentos jurídicos corretos a serem adotados pelo Governo do Estado de Roraima são, respectivamente,

- (A) registro de preços, diálogo competitivo e manifestação de interesse.
- (B) manifestação de interesse, diálogo competitivo e credenciamento.
- (C) concorrência, leilão e diálogo competitivo.
- (D) pregão, sistema de registro de preços e credenciamento.
- (E) registro cadastral, pré-qualificação e credenciamento.

37

João, auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado Alfa, obteve, no curso de auditoria governamental, dados e informações sensíveis acerca dos potenciais beneficiários da política pública de combate ao uso de drogas desenvolvida pelo Estado Alfa.

Embora tais dados tenham recebido o devido tratamento pela equipe de auditoria, com a categorização como sigilosos no sistema da Corte, vieram a público por desídia de João, que divulgou em aplicativos de mensagens e redes sociais abertas.

Pedro, um dos beneficiários da referida política pública, teve sua vida severamente impactada pela divulgação de seu nome nas redes sociais, o que lhe acarretou danos morais e materiais, dos quais busca reparação na seara judicial.

Nesse contexto, em sede de responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que Pedro deverá demandar

- (A) João, direta e exclusivamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (B) o Tribunal de Contas do Estado Alfa, direta e exclusivamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (C) o Estado Alfa, direta e exclusivamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (D) o Estado Alfa e o Tribunal de Contas do Estado Alfa, solidariamente, sendo sua responsabilidade de natureza subjetiva.
- (E) o Estado Alfa, diretamente, e João, subsidiariamente, sendo a responsabilidade objetiva para ambos.

38

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Tribunais de Contas o poder-dever de controle da administração pública, dotando-os de competências próprias e privativas.

Por meio de um conjunto de mecanismos delineados na legislação, as Cortes de Contas realizam o controle externo da gestão dos recursos públicos, responsabilizando gestores e garantindo a prevalência dos princípios democrático e republicano.

Entre as competências conferidas a esses órgãos, é correto incluir

- (A) o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, e a emissão de parecer prévio nas contas prestadas anualmente pelos prefeitos dos municípios jurisdicionados.
- (B) a anulação, se não atendida, da execução do ato impugnado, exclusivamente no âmbito dos municípios jurisdicionados, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa do Estado.
- (C) a missão de parecer prévio nas contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios jurisdicionados.
- (D) a realização, por iniciativa própria, de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (E) a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

39

Bruno é auditor de controle externo do TCE-RR e exerce regularmente suas funções na Secretaria Geral de Controle Externo (SECEX).

Em paralelo à sua atuação perante a Corte de Contas, Bruno passou a integrar o Conselho de Administração de Sociedade de Economia Mista do Estado de Roraima, exercendo todas as atribuições que a função lhe exige.

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 053, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima, é correto afirmar que a atuação de Bruno como auditor da Corte de Contas e, concomitantemente, como integrante do Conselho de Administração da Sociedade de Economia Mista, é

- (A) proibida, sujeita à penalidade de demissão.
- (B) permitida, mas sujeita a afastamento da SECEX.
- (C) proibida, sujeita à penalidade de advertência.
- (D) permitida, não sujeita a qualquer penalidade.
- (E) proibida, sujeita à penalidade de suspensão.

40

Ana Clara, prefeita do município Alfa, nomeou para cargo em comissão em sua gestão a esposa de Carlos, prefeito do município Beta. Em contrapartida, Carlos nomeou o marido de Ana Clara, Fred, de forma a consolidar as designações recíprocas. Ambos os parentes nomeados executam funções meramente administrativas e de mesma envergadura.

Após desentendimentos frequentes entre Carlos e Fred, Ana Clara decide garantir um lugar cativo para seu marido no Município Alfa. Para isso, publica edital com 5 vagas para o cargo de Auditor de Controle Interno, concedendo vistas da íntegra da prova ao seu marido nas vésperas do certame.

Concluído o concurso, Fred alcançou a primeira posição, sendo nomeado e empossado em curto espaço de tempo.

Considerando as disposições da Lei nº 8.492/92, é correto afirmar que pelos atos de nomeação nos cargos em comissão e fraude no concurso público, Ana Clara será responsabilizada, respectivamente, por ato de improbidade administrativa que

- (A) causa prejuízo ao erário em ambos os casos, estando sujeita, entre outras sanções, à pena de suspensão dos direitos políticos até 12 anos.
- (B) causa prejuízo ao erário e importa enriquecimento ilícito, estando sujeita, entre outras sanções, respectivamente, às penas de suspensão dos direitos políticos até 12 anos e de suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- (C) atenta contra princípios da administração pública em ambos os casos, estando sujeita, entre outras sanções, à pena de pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida.
- (D) causa prejuízo ao erário e atenta contra princípios da Administração Pública, estando sujeita, entre outras sanções, respectivamente, às penas de suspensão dos direitos políticos até 12 anos e de pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida.
- (E) atenta contra princípios da Administração Pública e causa prejuízo ao erário, estando sujeita, entre outras sanções, respectivamente, às penas de pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida e suspensão dos direitos políticos até 12 anos.

Administração Pública

41

O Estado Neoweberiano (NWS) tornou-se um referencial importante para teorias e reformas na gestão pública. Baseado no conceito introduzido por Christopher Pollitt e Geert Bouckaert em 2004, ele representa uma evolução do paradigma da administração pública após o declínio da *New Public Management* (NPM) como modelo global.

O NWS é

- (A) uma versão completamente oposta ao modelo de burocracia weberiana, desconsiderando seus princípios originais.
- (B) uma adaptação do paradigma weberiano, incorporando elementos do NPM.
- (C) uma reprodução direta do NPM sem influências de outros modelos.
- (D) uma rejeição completa das críticas ao modelo de burocracia weberiana feitas pelos protagonistas do NPM.
- (E) um modelo exclusivamente anglo-americano, sem relevância para a Europa Continental.

42

Max Weber concebia uma administração pública eficiente como um sistema estruturado de cargos, em que os funcionários públicos, selecionados com base no mérito, atuavam seguindo princípios como impessoalidade, hierarquia, divisão do trabalho, dedicação exclusiva, progressão na carreira, utilização de registros escritos e conformidade com a legalidade.

A preocupação de Weber em relação à visão tecnocrática e racional da burocracia residia basicamente na

- (A) possibilidade de domínio e isolamento pelos *experts*, o que traria a necessidade de controle democrático.
- (B) dificuldade de implementar mudanças estruturais na administração pública.
- (C) ineficiência operacional dos funcionários públicos em contextos políticos.
- (D) resistência dos políticos em aceitar a presença de funcionários técnicos em cargos de liderança.
- (E) falta de distinção entre os papéis dos gestores e dos políticos no setor público.

43

O processo de elaboração de políticas públicas, também chamado de ciclo de políticas públicas, é um modelo de visualização e interpretação que organiza o desenvolvimento de uma política pública em etapas sequenciais e interdependentes.

Assinale a opção que apresenta uma característica das críticas ao modelo tradicional do ciclo de políticas públicas.

- (A) O ciclo de políticas públicas segue uma sequência linear e rígida de fases, começando com a identificação do problema e terminando com a avaliação.
- (B) A identificação do problema é sempre o ponto de partida no processo de formulação de políticas públicas.
- (C) O “modelo da lata do lixo” sugere que soluções podem preceder a identificação dos problemas.
- (D) Acadêmicos defendem que o ciclo de políticas públicas tem início claro e termina de forma definitiva após a avaliação.
- (E) A principal utilidade do ciclo de políticas públicas é descrever precisamente a dinâmica real de uma política pública em diferentes contextos.

44

Modelos de governança colaborativa destacam o papel das organizações da sociedade civil (OSCs), que oferecem conhecimento local, promovem participação ativa e fortalecem o controle social.

Nesse contexto, o governo assume a função de regulador e executor, criando um ambiente propício para a cooperação mútua e a implementação de ações mais inclusivas e eficientes.

Em relação ao papel das OSCs, é correto afirmar que

- (A) as OSCs surgem exclusivamente para competir com o setor privado pela oferta de bens públicos, buscando lucro econômico.
- (B) no modelo clássico, falhas de mercado justificam que as OSCs civis atuem em parceria direta com o governo na produção de bens privados.
- (C) em democracias, as OSCs assumem a responsabilidade de representar exclusivamente a opinião do eleitor médio.
- (D) a falha de mercado impede o governo de intervir na produção de bens públicos, justificando a ausência de OSCs.
- (E) as OSCs emergem para atender nichos de demanda por bens públicos que não são satisfeitos nem pelo mercado nem pelo governo.

45

A transparência na administração pública fortalece o controle social e a cidadania, enquanto as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuam como mediadoras essenciais na promoção da participação cidadã e na fiscalização das políticas públicas.

Acerca da relação entre transparência, capital social e capacidade das OSCs de mobilizar recursos, é correto afirmar que

- (A) a falta de confiança da sociedade não impacta as OSCs, desde que essas organizações mantenham relações sólidas com o governo.
- (B) a legitimidade social das OSCs depende exclusivamente da quantidade de recursos que conseguem mobilizar, não sendo influenciada pela confiança da sociedade.
- (C) o capital social, formado por relações intraorganizacionais, não influencia o desenvolvimento de políticas públicas pelas OSCs, mas contribui para aumentar sua visibilidade.
- (D) a escassez de recursos e a falta de confiança afetam negativamente a capacidade das OSCs de mobilizar recursos, destacando a importância da transparência e da prestação de contas.
- (E) a transparência e a prestação de contas são secundárias para a legitimidade social das OSCs, pois sua atuação é focada exclusivamente em resultados concretos.

46

A Gestão por Competências amplia a atuação da área de Gestão de Pessoas, tornando-a mais objetiva e alinhada às estratégias organizacionais e aos resultados esperados. Para seu sucesso, é essencial que as análises e soluções envolvam todos os níveis da organização, enquanto se identificam os direcionadores estratégicos — visão, missão, valores e objetivos — necessários para garantir produtividade e efetividade.

Assinale a opção que apresenta um indicador associado à competência “Administração de Conflitos”.

- (A) Concilia interesses para a busca de resultados comuns.
- (B) Distingue e prioriza o que é importante e urgente.
- (C) Cumpre as atividades dentro do prazo programado.
- (D) Avalia constantemente seu trabalho.
- (E) Administra os recursos disponíveis com eficácia.

47

O Decreto nº 9.203/2017 define os princípios da governança pública, reforçando a importância de boas práticas no setor público. Esse movimento tem intensificado as discussões sobre os pilares do ESG (ambiental, social e governança) e os diversos aspectos que envolvem o papel das organizações na promoção de responsabilidade e impacto positivo na sociedade.

Assinale a afirmativa correta acerca de como as questões ambientais são integradas à governança pública.

- (A) A governança pública prioriza o aspecto ambiental do ESG apenas em setores diretamente ligados à preservação do meio ambiente.
- (B) As áreas de *compliance*, ao integrarem questões ambientais, desenvolvem ações voltadas para a redução de riscos de danos ambientais associados às atividades organizacionais.
- (C) As práticas de governança pública incluem o aspecto ambiental apenas como uma exigência regulatória, sem impacto direto nas estratégias de *compliance*.
- (D) As áreas de *compliance* mantêm seu foco exclusivamente no combate à fraude e à corrupção, sem incorporar preocupações ambientais às suas práticas.
- (E) O aspecto ambiental do ESG é tratado de forma independente das práticas de governança pública e *compliance*, limitando-se às ações específicas de sustentabilidade.

48

Ao aproximar as decisões dos cidadãos e atender melhor às necessidades locais, a descentralização promove maior participação, *accountability* e legitimidade das políticas públicas.

Em relação ao modo como diferentes instrumentos podem influenciar a descentralização e a democracia em federações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Decisões judiciais sempre fortalecem a descentralização ao promover maior autonomia às unidades constituintes.
- (B) Mudanças legislativas federais de caráter menos restritivo promovem centralização ao limitar as decisões das unidades constituintes.
- (C) A assinatura de acordos internacionais pelo governo central não interfere na autonomia das unidades constituintes, desde que as competências locais sejam preservadas.
- (D) A composição das transferências fiscais não tem impacto significativo na autonomia das unidades constituintes, pois são instrumentos essencialmente neutros.
- (E) Transferências fiscais incondicionadas aumentam a autonomia das unidades constituintes, enquanto transferências condicionadas tendem a centralizar o poder.

49

Os reflexos de uma democracia ainda em processo de amadurecimento no Brasil criam obstáculos para o controle social, que depende diretamente da participação.

Assinale a afirmativa correta sobre o papel da participação no exercício do controle social.

- (A) A participação é limitada aos mecanismos formais de plebiscito, referendo e iniciativa popular, excluindo instrumentos judiciais e administrativos.
- (B) A fiscalização das ações do Estado é exclusiva dos órgãos estatais, cabendo à sociedade apenas o acompanhamento passivo das decisões governamentais.
- (C) A participação inclui mecanismos diretos, como plebiscitos e audiências públicas, e instrumentos judiciais e administrativos, como denúncias ao Tribunal de Contas e Ministério Público.
- (D) O controle social depende exclusivamente da ação direta dos cidadãos, sendo dispensável a atuação de órgãos estatais no processo de correção de desvios.
- (E) A soberania popular restringe-se à atuação em Conselhos e audiências públicas, não contemplando a utilização de instrumentos judiciais ou administrativos.

50

A corrupção compromete a eficácia das políticas públicas, desviando recursos essenciais, enfraquecendo a confiança nas instituições e ampliando as desigualdades sociais.

Assinale a afirmativa correta acerca da abordagem necessária para o combate à corrupção.

- (A) O combate à corrupção é mais eficaz quando se concentra exclusivamente na aplicação de leis rigorosas e sanções punitivas.
- (B) A adoção de um modelo gerencialista é suficiente para garantir o controle da corrupção em instituições públicas.
- (C) A eficácia no combate à corrupção requer, além das leis, uma mudança nos valores que sustentam sua aplicação e eficácia, com participação ativa dos cidadãos.
- (D) Mecanismos burocráticos são capazes de combater a corrupção sem a necessidade de envolvimento da sociedade civil.
- (E) A perspectiva econômica e gerencialista é suficiente para alinhar os interesses do Estado e da sociedade no controle da corrupção.

Matemática Financeira e Estatística

51

Uma empresa fabrica dois tipos de produtos: A e B. Para produzir cinco unidades do produto A e oito unidades do produto B são necessárias 12 horas de trabalho de uma equipe com três trabalhadores.

Sabendo que a equipe foi ampliada para cinco trabalhadores e que o objetivo é produzir 15 unidades do produto A e 24 unidades do produto B, o número de horas de trabalho necessárias para cumprir o novo objetivo é igual a (arredonde para o inteiro mais próximo)

- (A) 20.
- (B) 21.
- (C) 22.
- (D) 24.
- (E) 26.

52

Uma pessoa investiu R\$ 5.000,00 em duas modalidades de aplicação por um período de 2 anos:

- Aplicação 1: Juros simples com taxa de 8% ao ano.
- Aplicação 2: Juros compostos com taxa de 6% ao ano.

A diferença entre os montantes da Aplicação 1 em relação à Aplicação 2 ao final do período será igual a

- (A) R\$ 175,00.
- (B) R\$ 180,00.
- (C) R\$ 182,00.
- (D) R\$ 204,00.
- (E) R\$ 240,00.

53

Uma empresa planeja obter um empréstimo no valor de R\$ 40.000,00, com pagamento único no final de 1 ano. O contrato oferece duas alternativas:

- Alternativa 1: Taxa nominal de 10% ao ano com capitalização semestral.
- Alternativa 2: Taxa efetiva anual de 10%.

A empresa opta pela Alternativa 1 e solicita um desconto racional (por dentro) para liquidar o valor presente do empréstimo hoje.

Nesse caso, o valor presente do empréstimo, considerando a alternativa escolhida, é

- (A) menor do que a alternativa preterida.
- (B) maior do que a alternativa preterida.
- (C) menor que R\$ 36.000,00.
- (D) maior que R\$ 37.000,00.
- (E) igual à alternativa preterida devido à equivalência das taxas.

54

Um investidor deseja acumular R\$ 20.000,00 ao final de dois anos, realizando depósitos anuais em uma conta que rende 10% ao ano. Ele tem duas opções de plano de investimento:

- Plano A: Depósitos anuais uniformes ao longo dos dois anos de forma que o montante final acumulado seja de R\$ 20.000,00.
- Plano B: Depósitos anuais variáveis, onde o primeiro depósito é de R\$ 9.000,00 e o segundo depósito é de R\$ 10.000,00.

Comparando os planos, as seguintes afirmativas estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O Plano A gera o maior montante ao final dos dois anos.
 (B) O fator de acumulação do Plano A é igual a 1,21.
 (C) O valor do depósito anual uniforme no Plano A deve ser aproximadamente de R\$ 9.524,00.
 (D) O fator de acumulação do Plano B muda do 1º para o 2º ano.
 (E) O Plano B atinge o montante desejado de R\$ 20.000,00.

55

Um empréstimo de R\$ 12.000,00 deve ser quitado em três parcelas anuais, com uma taxa de juros de 10% ao ano. Comparando o Sistema Francês (Tabela PRICE) e o Sistema de Amortização Constante (SAC), avalie as afirmativas a seguir.

- I. No SAC, as parcelas totais diminuem ao longo do tempo.
 II. No PRICE, as parcelas totais permanecem fixas ao longo do tempo.
 III. A primeira parcela no SAC será maior que a primeira parcela no PRICE.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
 (B) II e III, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) I e II, apenas.
 (E) I, II e III.

56

Considere o seguinte conjunto de dados, que representa as notas de 10 alunos em uma avaliação:

7, 8, 6, 9, 10, 5, 7, 8, 6, 9.

A mediana, o desvio interquartil e o desvio absoluto médio são, respectivamente, iguais a

- (A) 7,5, 2,0 e 1,3.
 (B) 7,5, 3,0 e 1,3.
 (C) 7,5, 3,0 e 1,5.
 (D) 8,0, 3,0 e 13/11.
 (E) 8,0, 2,0 e 1,5.

57

Um pesquisador está analisando os tempos de reação (em segundos) de 15 participantes de um experimento.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos tempos agrupados em classes:

Classe (segundos)	Frequência
0–2	3
2–4	4
4–6	5
6–8	2
8–10	1

Com base nos dados acima, deseja-se saber:

1. Qual é a *classe modal* dos tempos de reação?
2. Qual é a *amplitude total* dos tempos de reação?
3. Se a média dos tempos de reação foi igual a 4,3 e o desvio padrão igual a 1,8, qual é o coeficiente de variação (CV)?

As respostas às perguntas 1, 2 e 3 são, respectivamente,

- (A) 4-6, 10,0 e 20,93%.
 (B) 4-6, 10,0 e 41,86%.
 (C) 4-6, 8,0 e 41,86%.
 (D) 2-4, 8,0 e 41,86%.
 (E) 2-4, 8,0 e 238,89%.

58

Considere as seguintes afirmações sobre probabilidade e seus axiomas:

- I. A probabilidade do espaço amostral S é igual a 1, ou seja, $P(S) = 1$.
- II. Se dois eventos A e B são mutuamente exclusivos, então a probabilidade de sua união é dada por $P(A \cup B) = P(A) + P(B)$.
- III. Se A e B são quaisquer eventos no espaço amostral, então $P(A^c) = 1 - P(A)$, em que A^c é o complementar de A .
- IV. Se A e B são eventos independentes, então a probabilidade de sua interseção é zero.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
 (B) I, II e IV, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II, III e IV, apenas.
 (E) I, II, III e IV.

59

Considere dois eventos A e B em um espaço amostral S . Sobre esses eventos, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Dois eventos A e B são independentes se $P(A \cap B) = P(A) \cdot P(B)$.
- II. Se $P(A|B) = P(A)$, então A e B são independentes.
- III. A probabilidade condicional de A dado B é calculada por $P(A|B) = P(A \cap B)/P(B)$, desde que $P(B) > 0$.
- IV. Se A e B forem mutuamente exclusivos, então $P(A|B) = 0$ para $P(B) > 0$.
- V. Eventos mutuamente exclusivos são sempre independentes.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
 (B) I, III e IV, apenas.
 (C) III, IV e V, apenas.
 (D) I, II, III e IV, apenas.
 (E) I, II, III, IV e V.

60

Com relação aos conceitos de estimação e testes de hipóteses, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A estimativa pontual é obtida por meio de um intervalo de confiança que contém o valor estimado do parâmetro populacional com uma certa probabilidade, como 95%.
- () O erro tipo I ocorre quando rejeitamos a hipótese nula (H_0) quando, na verdade, ela é verdadeira.
- () No teste de hipóteses, a hipótese alternativa (H_1) é aceita sempre que o valor p-valor é maior que o nível de significância (α).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – F.

MÓDULO III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

61

Nos termos da NBASP 12, o princípio pelo qual os Tribunais de Contas devem gerenciar suas operações com economicidade, eficiência, efetividade e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, e informar publicamente estas questões, conforme o caso, é a

- (A) garantia de transparência e *accountability* dos Tribunais de Contas.
- (B) garantia de boa governança dos Tribunais de Contas.
- (C) sensibilidade a mudanças de ambiente e riscos emergentes.
- (D) salvaguarda da independência dos Tribunais de Contas.
- (E) busca de excelência e de qualidade do serviço.

62

Nos termos da NBASP 140, que estabelece as diretrizes para o controle de qualidade das auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas, são elementos relevantes e que devem integrar um sistema de controle da qualidade nas auditorias do setor público, entre outros:

- (A) exigências éticas e investimento em tecnologia da informação.
- (B) recursos humanos e gestão de processos.
- (C) avaliação de riscos organizacionais e tecnologia da informação.
- (D) compromisso com o desempenho e recursos humanos.
- (E) sistemas de informação eficientes e pessoal capacitado.

63

Avalie se os seguintes princípios, relacionados ao processo de auditoria, integram a etapa de planejamento da auditoria.

- I. Os auditores devem assegurar que os termos da auditoria sejam claramente estabelecidos.
- II. Os auditores devem obter um entendimento da natureza da entidade ou do programa a ser auditado.
- III. Os auditores devem avaliar a evidência de auditoria e tirar conclusões.

Integra(m) de fato a etapa de planejamento da auditoria

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

64

De acordo com os princípios fundamentais de auditoria do setor público, o relatório elaborado pelo auditor que precisa declarar os objetivos da auditoria e descrever como eles foram abordados na auditoria, inclusive indicando os achados e as conclusões sobre o objeto, podendo contar com propostas de recomendações, é desenvolvido no trabalho de

- (A) auditoria de certificação.
- (B) auditoria de consultoria.
- (C) auditoria de avaliação.
- (D) auditoria de relatório direto.
- (E) auditoria de investigação.

65

Sobre a documentação de auditoria, considere as afirmativas a seguir:

- I. Deve incluir uma estratégia de auditoria e um plano de auditoria.
- II. Deve ser suficientemente detalhada para permitir a um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entender a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados.
- III. Deve registrar os procedimentos executados e a evidência obtida e apoiar a comunicação dos resultados da auditoria.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

66

No planejamento da auditoria, os auditores devem observar a seguinte orientação:

- (A) executar procedimentos de auditoria que forneçam evidência de auditoria suficiente e apropriada para respaldar o relatório de auditoria.
- (B) elaborar um relatório baseado nas conclusões alcançadas.
- (C) emitir opinião adversa quando for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto que são ou podem ser relevantes.
- (D) avaliar a qualidade e suficiência das evidências de auditoria e tirar conclusões.
- (E) identificar e avaliar os riscos de fraude relevantes para os objetivos da auditoria.

67

O atuário utiliza modelos matemáticos para a análise de fenômenos aleatórios, com o objetivo de garantir a viabilidade financeira e atuarial dos planos de previdência.

Com base nesse contexto, as seguintes ações estão diretamente relacionadas à gestão atuarial nos regimes próprios de previdência social e nos regimes de previdência complementar dos servidores públicos, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Avaliar a meta atuarial frente à rentabilidade dos investimentos.
- (B) Calcular as provisões e reservas atuariais, além de estabelecer o plano de custeio, sempre conforme estabelecido em nota técnica atuarial.
- (C) Criar alternativas de financiamento para que o sistema previdenciário apresente equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) Recalcular os fluxos atuariais a cada divulgação das projeções de mercado ou do governo para a inflação, taxa de juros, PIB (Produto Interno Bruto), desemprego e câmbio.
- (E) Testar estatisticamente a evolução da população dos segurados e dependentes do plano, verificando a aderência das premissas atuariais utilizadas na avaliação atuarial.

68

A razão de sexo de masculinidade, ou razão de sexo, é relacionada ao número de homens presentes para cada 100 mulheres em uma população. Na demografia e na atuária, o indicador é utilizado para análises e projeções populacionais.

Assinale a situação a seguir que pode justificar índices maiores que 100 para um pequeno município do interior.

- (A) Fluxos emigratórios predominantemente masculinos.
- (B) Fluxos imigratórios predominantemente femininos.
- (C) Maior mortalidade de homens por causas acidentais.
- (D) Maior mortalidade de homens por causas naturais.
- (E) Maior quantidade de homens ao nascer.

69

A partir dos conceitos de matemática atuarial, a seguinte notação **não** pode ser apresentada corretamente em nota técnica atuarial.

$$(A) C_x = v^{x+1} \cdot d_x$$

$$(B) D_x = v^x \cdot l_x$$

$$(C) {}_n E_x = v^n \cdot {}_n p_x$$

$$(D) {}_n F_x = v^n \cdot {}_n q_x$$

$$(E) T_x = \sum_{t=0}^{w-x} L_{x+t}, \text{ para } L_x = l_{x+1} + 0,5 \cdot d_x$$

70

Se (x,y) é um status de duas vidas conjuntas e independentes, a seguinte igualdade pode ser derivada:

$$(A) d_{xy} = d_x \times d_y$$

$$(B) \mu_{xy} = \mu_x \times \mu_y$$

$$(C) p_{xy} = p_x + p_y - p_x \times p_y$$

$$(D) q_{xy} = q_x + q_y - q_x \times q_y$$

$$(E) q_{xy} = q_x \times q_y$$

71

Se X é a variável aleatória que representa a idade no momento da morte, a distribuição de probabilidade de X pode ser definida por meio de sua função de distribuição acumulada $F(x)=P(X \leq x)$, $x \geq 0$, que, por sua vez, pode ser quantificada em uma tábua biométrica. Sendo $s(x)$ a probabilidade de uma pessoa na idade zero chegar viva à idade x , esta probabilidade é uma função de X , chamada função de sobrevivência, e pode ser definida como $s(x)=1-F(x)=P(X > x)$, $x \geq 0$.

Uma relação válida para a função de sobrevivência aplicada às funções biométricas da ciência atuarial, considerando as idades "a" e "b", com $a < b$ é

(A) a força de mortalidade μ constante, que não depende do tempo t , possui função $s(t)$ exponencial de base neperiana e expoente " $-\mu t$ ", mas não é consistente com a característica de "ausência de memória" da distribuição exponencial de probabilidade.

(B) a força de mortalidade μ_t no instante t igual a $-s'(t)/s(t)$, em que $s'(t)$ é a primeira derivada de $s(t)$.

(C) a probabilidade de que um recém-nascido faleça entre as idades "a" e "b", dada por $s(a)-s(b)$, ou seja, dada por ${}_a P_0 * {}_b P_a$.

(D) a probabilidade condicional de que um recém-nascido faleça entre as idades "a" e "b", condicional no fato de que tenha sobrevivido até a idade "a" dada por $[s(b)-s(a)]/s(a)$, ou seja, é dada por ${}_{b-a} q_a$.

(E) a probabilidade condicional de um indivíduo de idade x sobreviver até $x+n$, condicional no fato de que vive até x , é dada por $[s(x)-s(x+n)]/s(x)$, ou seja, por ${}_n p_x$.

72

A fórmula do prêmio anual antecipado pago durante o período "n" de diferimento para recebimento de um benefício de valor unitário à vista, caso o segurado de idade "x" sobreviva por mais "n" anos, pode ser apresentada em números de comutação como

$$(A) D_x / (N_x - N_{x+n})$$

$$(B) D_{x+n} / (N_x - N_{x+n})$$

$$(C) D_x / [{}_n E_x * (N_x - N_{x+n})]$$

$$(D) D_{x+n} / [{}_n E_x * (N_x - N_{x+n})]$$

$$(E) {}_n E_x * D_{x+n} / (N_x - N_{x+n})$$

73

Com relação aos conceitos, características e utilização das diferentes tábuas biométricas, é correto afirmar que

- (A) a tábua de entrada em invalidez mensura a probabilidade de morbidez ou morbidade.
- (B) a tábua de mortalidade é melhor utilizada do que a tábua de sobrevivência para cálculo de provisões de planos de renda vitalícia por aposentadoria.
- (C) a tábua de mortalidade irá gerar maior valor de benefício definido atuarialmente quando utilizada para planos de previdência pagos por sobrevivência no lugar de uma tábua de sobrevivência equivalente.
- (D) o q_x da tábua de mortalidade representa a probabilidade de um indivíduo com idade x falecer entre x e $x+1$, enquanto que na tábua de sobrevivência o q_x representa a probabilidade de sobreviver.
- (E) para uma determinada idade, como regra geral, a tábua de mortalidade possui expectativa de sobrevida maior que a tábua de sobrevivência.

74

Assinale a opção que apresenta corretamente um tipo de anuidade postecipada atuarial de sobrevivência fracionada em 12 períodos pela formulação de Woolhouse, relacionada à sua formulação matemática utilizando números ou função de comutação.

- (A) $a_x^{(m)} = \frac{N_{x+1} + \frac{11}{24} \cdot D_{x+1}}{D_x}$
- (B) $n/a_x^{(m)} = \frac{N_{x+n} + \frac{11}{24} \cdot D_{x+n}}{D_x}$
- (C) $a_{x:k|}^{(m)} = \frac{N_{x+1} - N_{x+k} + \frac{11}{24}(D_x - D_{x+k})}{D_x}$
- (D) $n/k a_x^{(m)} = \frac{N_{x+n+1} - N_{x+n+k+1} + \frac{11}{24}(D_{x+n} - D_{x+n+k})}{D_x}$
- (E) $n/a_{x:k|}^{(m)} = \frac{N_{x+n+1} - N_{x+n+k+1} + \frac{11}{24}(D_{x+n+1} - D_{x+n+k+1})}{D_x}$

75

Um segurado de 40 anos adquire um plano de aposentadoria para iniciar o benefício daqui a 25 anos com uma renda vitalícia postecipada de R\$ 120.000,00 por ano.

Se nas comutações utilizadas temos que $N_{65} = 5.400$, $N_{66} = 4.500$ e $D_{40} = 1.800$, o prêmio puro único (R\$) que deverá ser pago é de

- (A) R\$ 2.500,00.
- (B) R\$ 3.000,00.
- (C) R\$ 120.000,00.
- (D) R\$ 300.000,00.
- (E) R\$ 360.000,00.

76

A reserva matemática ${}_tV_x$, positiva, calculada individualmente pelo método prospectivo reflete a situação atual do contrato, sendo intuitiva para seguros de longo prazo, pois considera

- (A) o valor presente atuarial dos compromissos futuros do segurador menos o valor presente atuarial dos compromissos futuros do segurado, observado sempre o regime financeiro adotado para cada risco coberto.
- (B) o valor presente atuarial dos compromissos futuros do segurador menos o valor presente atuarial dos compromissos futuros do segurado, independente do regime financeiro adotado para cada risco coberto.
- (C) o valor presente atuarial dos compromissos futuros e passados do segurador menos o valor presente atuarial dos compromissos futuros e passados do segurado, observado sempre o regime financeiro adotado para cada risco coberto.
- (D) o valor presente atuarial dos compromissos futuros e passados do segurador menos o valor presente atuarial dos compromissos futuros e passados do segurado, independente do regime financeiro adotado para cada risco coberto.
- (E) o valor presente atuarial dos compromissos passados do segurador menos o valor presente atuarial dos compromissos passados do segurado, observado o regime financeiro de capitalização.

77

Acerca do regime de repartição simples, é correto afirmar que

- (A) as contribuições feitas pelos participantes são capitalizadas individualmente ao longo do tempo, garantindo o pagamento integral de cada beneficiário em relação aos seus respectivos benefícios acumulados.
- (B) existe uma equivalência atuarial entre o valor presente dos benefícios gerados em um determinado ano e o valor presente das contribuições arrecadadas exclusivamente naquele mesmo ano.
- (C) é o mais indicado para financiar benefícios programados, pois assegura estabilidade financeira em longo prazo para os participantes e a instituição.
- (D) não prevê a formação de reservas, pois os recursos arrecadados em um período são destinados diretamente ao pagamento dos benefícios do mesmo período.
- (E) também denominado como “regime de caixa”, “regime orçamentário” ou “financiamento inicial”, reflete sua aplicação predominante no início de planos previdenciários.

78

O método de financiamento atuarial estabelece o nível de constituição das provisões necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização.

Quanto aos diferentes métodos de financiamentos utilizados para os Regimes Próprios de Previdência Social, é correto afirmar que

- (A) no fim da fase de acumulação os métodos de financiamento levam a diferentes valores teóricos de provisão atuarial.
- (B) o cálculo atuarial deverá utilizar o método agregado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado.
- (C) o método de financiamento reflete exatamente o custo atual e futuro relacionados ao plano de custeio e de benefícios praticados pelo plano.
- (D) os benefícios são sempre proporcionalizados por financiamento projetado de forma que, no caso dos ativos, cada ano de trabalho corresponde a $1/n$ avos de direito ao benefício futuro.
- (E) o método do crédito unitário projetado revela menor velocidade inicial de capitalização quando comparado ao método do prêmio nivelado individual.

79

O método de financiamento do crédito unitário, mundialmente utilizado no custeio de planos de previdência, apresenta a seguinte característica que reflete na gestão atuarial:

- (A) é associado ao regime de repartição de capitais de cobertura, o qual busca equilibrar receitas e despesas de modo a atender aos compromissos financeiros dos planos em cada período.
- (B) o custo normal aumenta progressivamente a cada ano para um dado indivíduo, mas quando considerado para o grupo, como um todo, esse custo permanece nivelado ao longo do tempo, oferecendo estabilidade ao plano.
- (C) é mais adequado para populações em que a estrutura etária ou o perfil demográfico apresenta variações significativas ao longo do tempo, sendo indicado apenas para populações não estacionárias.
- (D) é caracterizado pela ausência de constituição de reserva matemática, uma vez que os valores são atribuídos exclusivamente aos custos relacionados aos anos já ocorridos.
- (E) O déficit técnico é calculado como o valor presente atuarial dos benefícios de aposentadoria que estão vinculados a períodos futuros.

80

Assinale a opção que apresenta uma situação em que o atuário, ao estabelecer uma premissa atuarial para uma avaliação atuarial de um plano de benefício definido, adota um critério conservador mas que, devido ao excesso de conservadorismo, essa premissa resulta em imprecisões retrospectivas e falta de aderência aos resultados observados.

- (A) Meta atuarial fixada em juros de 0% ao ano.
- (B) Meta atuarial fixada em juros de 10% ao ano.
- (C) Tábua biométrica de sobrevivência BR-EMSsb-v.2021-m para ambos os sexos.
- (D) Tábua biométrica de mortalidade BR-EMSmt-v.2015-m para ambos os sexos.
- (E) Tábua biométrica de sobrevivência ou mortalidade, conforme evento gerador, IBGE 2022 segregada por sexo.

81

Suponha que, em um teste de aderência, a hipótese nula seja definida como “A Tábua Biométrica testada é aderente, gerando um quantitativo de eventos similar”. Sabe-se que a função poder de um teste de hipóteses é definida como a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando ela é falsa, sendo, portanto, complementar ao erro tipo II.

Para um teste de aderência utilizando o critério de mitigação do risco de erro tipo II, ou seja, de não rejeitar a aderência de uma tábua biométrica quando ela não é aderente, isso significa que, tudo o mais constante, o atuário deve

- (A) aumentar a probabilidade de não rejeitar a hipótese nula, quando verdadeira.
- (B) aumentar o erro tipo II.
- (C) aumentar o poder do teste.
- (D) diminuir o nível de significância.
- (E) diminuir o erro tipo I.

82

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em função das diferenças entre o projetado e o realizado, segregado também entre as eventuais mudanças ocorridas nas premissas de uma avaliação atuarial para outra.

Aponte a opção que apresenta uma consequência desses conceitos.

- (A) Dependem da variação dos valores dos salários e benefícios, mas não das quantidades.
- (B) Independem da variação das taxas observadas de mortalidade, invalidez e morbidez.
- (C) Independem da variação dos juros auferidos.
- (D) São calculados também para planos de contribuição definida.
- (E) Podem ser amortizados pelo prazo médio até a aposentadoria, desligamento (ativos) ou expectativa de sobrevivência (aposentados).

83

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) oferecem a seus servidores planos de previdência complementar fechada de natureza distinta da previdência básica.

Os tipos de planos oferecidos pelos RPPS na previdência básica e na previdência complementar correspondem às seguintes naturezas, respectivamente,

- (A) benefício definido e contribuição variável.
- (B) contribuição definida e contribuição variável.
- (C) contribuição definida e benefício definido.
- (D) contribuição variável e contribuição definida.
- (E) contribuição variável e benefício definido.

84

O número de mortes segue uma distribuição discreta, geralmente modelada por uma distribuição Binomial ou Poisson. O impacto dessas variações na análise da frequência de uma carteira assegurada é fundamental, justificando testes de aderência.

O tipo de risco mais relacionado ao caso descrito é o

- (A) econômico.
- (B) biométrico.
- (C) estatístico.
- (D) financeiro.
- (E) legal.

85

O estudo técnico de segregação de massas dos beneficiários dos RPPS para equacionamento do déficit atuarial deverá ser encaminhado ao órgão fiscalizador para análise de sua adequação à exigência de equilíbrio financeiro e atuarial.

Em sua implementação, além da separação orçamentária, financeira e contábil, o Fundo Financeiro em regime de Repartição deve observar o seguinte parâmetro:

- (A) alocação de todos os recursos financeiros acumulados anteriormente à implementação da segregação.
- (B) constituição por grupo de servidores a serem admitidos posteriormente à implementação da segregação.
- (C) demonstração de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal para o ente federativo.
- (D) objeto de estudo técnico atuarial e de aprovação pelo conselho deliberativo, sem obrigatoriedade de aprovação por lei instituidora.
- (E) reserva de todos os recursos oriundos da compensação financeira previdenciária entre os regimes próprios.

86

Quanto ao regime de Compensação Financeira Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social, nos casos de contagem recíproca não concomitante de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, é correto afirmar que

- (A) a compensação tem valores estabelecidos exclusivamente com base na matemática atuarial.
- (B) a criação de duas massas de servidores, atual (real) e futura (virtual) pressupõe que o plano irá perdurar por tempo determinado, e que não provocará efeitos nos fluxos futuros de projeção atuarial de compensação previdenciária.
- (C) há possibilidade de compensação em relação à previdência complementar dos servidores públicos.
- (D) na hipótese de o regime previdenciário próprio dos servidores possuir personalidade jurídica própria, os respectivos entes federados não respondem pelas obrigações previstas em caso de não extinção do regime próprio.
- (E) o regime instituidor sofre mais com o risco de liquidez do fluxo atuarial que o regime de origem, além do risco legal de alterações normativas, em razão do regime de capitalização e do exigido equilíbrio financeiro e atuarial.

87

Quanto à discussão teórica e prática acerca do princípio constitucional que prevê o equilíbrio financeiro e atuarial para os regimes próprios de previdência social, é correto afirmar que

- (A) a contratação de novos servidores públicos efetivos, por meio de concurso público, melhora sempre o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário.
- (B) a contratação de novos servidores públicos efetivos, por meio de concurso público, melhora sempre os aspectos orçamentários, financeiros e fiscais do ente público patrocinador do plano.
- (C) a instituição da segregação de massas nem sempre garante, na teoria matemática, o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) o equilíbrio financeiro e atuarial do plano está sempre ligado a questões de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo.
- (E) o plano de amortização do déficit atuarial não observa obrigatoriamente o equilíbrio financeiro, por sua natureza de saneamento no longo prazo.

88

Em relação aos conceitos relacionados aos documentos gerados pelos trabalhos frequentemente realizados pelo profissional atuário nos regimes próprios de previdência social, é correto afirmar que

- (A) a Nota Técnica Atuarial é o documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
- (B) o Relatório de Análise das Hipóteses é documento elaborado por atuário pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime e aos parâmetros gerais estabelecidos.
- (C) o Relatório da Auditoria Atuarial é o documento elaborado por atuário que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- (D) o Parecer Atuarial é o documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada plano, que contém todas as formulações e expressões de cálculo, bases técnicas e metodologia utilizados nas avaliações atuariais do regime, relativos às alíquotas de contribuição e encargos do plano de benefícios, às provisões e reservas matemáticas previdenciárias e aos fundos de natureza atuarial, as expressões de equacionamento do déficit atuarial, o glossário das nomenclaturas utilizadas e as simbologias, bem como descreve as características gerais dos benefícios.
- (E) o Relatório de Avaliação Atuarial examina os aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões, reservas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.

89

O fundo para oscilação de riscos é composto por excedentes financeiros ou aportes específicos destinados à cobertura de riscos de natureza atuarial decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial, cuja finalidade é manter o nível de estabilidade do plano de custeio e sua solvência.

Além disso, deve ser gerido de forma segregada, conforme diretrizes de liquidez adequadas para situações de oscilação no comportamento de sinistros ou desvios em relação às hipóteses atuariais.

Por isso, **não** é desejável a aplicação dos recursos desse fundo em ativos do segmento

- (A) empréstimos com participantes.
- (B) imóveis.
- (C) renda fixa prefixada.
- (D) renda fixa pós-fixada.
- (E) renda variável.

90

O plano de custeio vigente é aquele estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial, contemplando o conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano. Já o plano de custeio de equilíbrio é aquele proposto na avaliação atuarial.

Sobre as estratégias previstas para ajustar o equilíbrio atuarial de regimes previdenciários quando há déficits ou superávits estruturais, é correto afirmar que, para a realidade dos regimes próprios de previdência social,

- (A) caso seja efetuada redução do plano de custeio vigente sem observar as exigências legais, será considerado que o ente federativo não demonstrou o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS até que o plano seja recomposto aos níveis anteriores ou seja apresentada ao órgão fiscalizador justificativa técnica que a fundamente.
- (B) para haver redução do plano de custeio vigente do plano de capitalização, o total de ativos garantidores deve ser superior pelo menos às provisões matemáticas de benefícios a conceder.
- (C) para que haja redução no plano de custeio vigente do regime de capitalização, é necessário embasamento em avaliação atuarial, além de apreciação pelo conselho deliberativo do regime próprio e parecer favorável de auditoria atuarial independente.
- (D) se as provisões matemáticas de benefícios concedidos somadas às provisões matemáticas de benefícios a conceder forem de valor inferior aos ativos garantidores do plano, deverá ser proposta nova contribuição complementar a ser instituída para fins de redução do plano de custeio vigente, independente do resultado do relatório de análise das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial.
- (E) se as provisões matemáticas de benefícios concedidos somadas às provisões matemáticas de benefícios a conceder forem de valor superior aos ativos garantidores do plano, deverá ser proposta nova contribuição complementar a ser instituída para fins de aumento do plano de custeio vigente, independente da constituição do fundo de oscilação de riscos.

91

O cálculo do plano de custeio é o processo de determinação das contribuições necessárias para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial de um regime de previdência. Ele considera as obrigações futuras de pagamento de benefícios e as receitas provenientes de contribuições e investimentos. O custo normal correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios calculadas conforme o regime financeiro adotado, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

O custo suplementar corresponde ao valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias.

Sobre as normas previstas para o plano de custeio, é correto afirmar que, na aplicação aos regimes próprios de previdência social,

- (A) independentemente dos ganhos ou perdas atuariais, se o custo normal tiver sido praticado desde a contratação do primeiro servidor no ente público, a arrecadação resultante da aplicação desta alíquota somada à receita de ganho financeiro serão suficientes para cobrir as despesas previdenciárias.
- (B) o custo normal de um plano será constituído seguindo necessariamente o mesmo método de financiamento do custo suplementar.
- (C) o custo suplementar de um plano será constituído seguindo necessariamente mesmo método de financiamento do custo normal.
- (D) o custo suplementar deve ser financiado por aportes adicionais, contribuições extraordinárias ou contribuições adicionais, sendo neste último caso calculado em proporção paritária entre o patrocinador e os participantes, além de paritária entre os participantes ativos e assistidos.
- (E) o custo suplementar pode ser exigido quando há necessidade de regularizar obrigações já assumidas ou corrigir deficiências passadas, como no caso de regimes próprios que possuem obrigações na condição de regime instituidor em decorrência da compensação financeira previdenciária.

92

As denominadas viabilidades são todas fundamentais para a sustentabilidade e governança de sistemas financeiros e públicos relacionados à previdência social básica e complementar fechada. No entanto, o tipo de viabilidade que **não** está presente nas normas para o equacionamento atuarial dos planos dos regimes próprios de previdência social é a viabilidade

- (A) ambiental, que é a capacidade de o plano ser implementado de forma a minimizar impactos negativos sobre os recursos naturais, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas envolvidos e o cumprimento das normas ambientais vigentes, de maneira que as necessidades das gerações futuras sejam atendidas sem comprometimento.
- (B) atuarial, que é a capacidade de um plano de benefícios manter o equilíbrio financeiro e atuarial ao longo do tempo, garantindo que os recursos arrecadados e acumulados sejam suficientes para custear os compromissos futuros com os benefícios previstos, considerando as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial.
- (C) financeira, que é a capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios, seja no curto ou no longo prazo.
- (D) fiscal, que é a capacidade de cumprimento dos limites fiscais de despesas com pessoal e de endividamento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) orçamentária, que é a capacidade de o ente federativo arrecadar receitas e desembolsar despesas no curto prazo, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios.

93

O Estado de Roraima instituiu, por meio de lei, contribuição para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

Ocorre que se constatou déficit atuarial e, assim, a seguinte providência deve ser inicialmente adotada:

- (A) solicitar do Estado de Roraima o pagamento do valor do déficit.
- (B) instituir contribuição extraordinária dos servidores públicos estaduais ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- (C) instituir que a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas incida sobre o valor dos proventos que supere o salário mínimo.
- (D) instituir contribuição extraordinária dos servidores públicos estaduais ativos.
- (E) majorar, provisoriamente, a contribuição ordinária dos servidores públicos estaduais ativos.

94

Sabe-se que a seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais. Também é certo que a lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social. Digamos que houve a instituição de uma nova fonte de contribuição social em 1º/08/2024.

Assinale a opção que contempla a partir de quando ela poderá ser exigida.

- (A) No início do exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei.
- (B) No dia seguinte à data da publicação da lei.
- (C) Trinta dias após a data da publicação da lei.
- (D) Após decorridos noventa dias da data da publicação da lei.
- (E) Um ano após a publicação da lei, em respeito ao princípio da anualidade.

95

Assinale a opção que contempla, de acordo com a Lei de regência, a periodicidade com que o Estado de Roraima deve publicar o demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.

- (A) Mensalmente.
- (B) Até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- (C) Anualmente.
- (D) Semestralmente.
- (E) Uma vez no início e outra no término do exercício financeiro respectivo.

96

De acordo com a norma de regência, assinale a opção que aponta, atualmente, a forma de cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- (A) A média aritmética simples das maiores remunerações, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (B) A média aritmética simples das maiores remunerações, correspondentes a 100% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (C) A média aritmética composta das maiores remunerações, correspondentes a 50% de todo o período contributivo desde a competência julho de 2004 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (D) A média aritmética simples das maiores remunerações, correspondentes a 70% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- (E) O valor do maior provento recebido pelo servidor no decorrer da sua vida funcional.

97

O artigo 201 da Constituição Federal prevê que a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, sem exceções.
- (B) O benefício que substitua o rendimento do trabalho do segurado poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo.
- (C) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, no mesmo índice e periodicidade que o salário mínimo.
- (D) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de julho de cada ano.
- (E) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

98

Sobre a relação entre o Estado de Roraima e sua entidade fechada de previdência complementar, de acordo com a norma de regência, em relação ao custeio é correto afirmar que é de responsabilidade

- (A) do patrocinador e dos participantes, e a contribuição normal do patrocinador não excederá a do participante.
- (B) dos participantes, e a contribuição normal do patrocinador poderá exceder a do participante.
- (C) do patrocinador e a contribuição normal do patrocinador obrigatoriamente excederá a do participante.
- (D) do patrocinador e dos participantes, e a contribuição normal do patrocinador poderá exceder a do participante.
- (E) do patrocinador e dos participantes, e a contribuição normal do patrocinador será obrigatoriamente igual à do participante.

99

Angélica é servidora pública do Estado de Roraima, vinculada ao Regime Próprio e ocupante de cargo efetivo há 5 anos. Em 2024, Angélica ficou incapacitada para a atividade de seu cargo por 60 dias. Considerando a norma que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Estadual de Roraima,

- (A) a servidora receberá auxílio-doença correspondente ao valor da sua remuneração de contribuição, a contar do 1º dia do seu afastamento, sobre ela incidindo o percentual de contribuição ordinária.
- (B) Angélica fará jus ao auxílio-doença correspondente a 91% da sua remuneração de contribuição, sendo devido a contar do 30º dia do afastamento, sobre ela não incidindo o percentual de contribuição ordinária.
- (C) a servidora não terá direito ao auxílio-doença porque não tem a carência necessária para tanto.
- (D) Angélica fará jus ao auxílio-doença correspondente ao valor da sua remuneração de contribuição, sendo devido a contar do 16º dia do afastamento, sobre ela incidindo o percentual de contribuição ordinária.
- (E) a servidora fará jus ao auxílio-doença correspondente ao valor da sua remuneração de contribuição, sendo devido a contar do 30º dia do afastamento, sobre ela não incidindo o percentual de contribuição ordinária.

100

O artigo 201 da Constituição Federal pontifica que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Entre as afirmações abaixo elencadas, referentes à seguridade social brasileira, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- (B) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada isoladamente pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social.
- (C) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- (D) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social poderá contratar com o Poder Público, mas dele não receberá benefícios ou incentivos fiscais.
- (E) Os serviços da seguridade social poderão ser estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.

Realização

